



MPDFT EM PARCERIA COM A COMUNIDADE



Cartilha do MPDFT - O Guia do Cidadão

Lançado o Programa "MP Social" abrangendo ações que integram projetos já em execução ou a serem implementados. O objetivo é aproximar ainda mais o MPDFT da comunidade. Durante a solenidade de lançamento, foi apresentado um vídeo, o primeiro de uma série de documentários sobre a atuação da Instituição. Foi também lançada a Cartilha Institucional, um verdadeiro guia da cidadania, que informa as diversas áreas de atuação do MPDFT e orienta sobre as maneiras de acesso aos direitos do cidadão.



À esquerda, reprodução da capa da Cartilha Institucional do MPDFT - O guia do cidadão. Acima, o Procurador-Geral de Justiça homenageia Membros que atuam nas diversas ações do Programa "MP Social".

Nova composição do Conselho Superior do MPDFT

Eleitos os novos integrantes do Conselho Superior do MPDFT, órgão que se consolida como fórum de debates da Instituição.

Páginas 4 e 5

NESTA EDIÇÃO

MPDFT em expansão

Nova sede da Promotoria do Gama (**Página 5**) e ampliação das instalações da Promotoria de Brazlândia (**Página 3**).

Prodema em campanha pela preservação da APA do Descoberto

Proprietários, trabalhadores e moradores do Setor de Oficinas Norte de Taguatinga são orientados sobre a importância da proteção ambiental.

Página 6

O êxito do programa Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola



Mais de 3 mil alunos da 4ª série do ensino fundamental de escolas públicas de Taguatinga recebem aulas de cidadania, ética e justiça.

Página 7

LANÇAMENTOS

Os meses de outubro e novembro marcaram uma verdadeira safra de lançamentos de livros de Membros do MPDFT. Confira:



“Fundações e Entidades de Interesse Social – Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários”: 4ª edição, revista, ampliada e atualizada. O livro é dirigido, especialmente, a pessoas

sem formação jurídica. O propósito é oferecer noções básicas de direito para auxiliar o leitor a compreender melhor palavras e expressões jurídicas e o conteúdo da obra. Em sintonia com a atualidade brasileira face ao Novo Código Civil, a obra esclarece questões de regime tributário – imunidades e isenções –, questões dos incentivos à captação de recursos, da declaração de Utilidade Pública e da concessão do certificado de Entidade Filantrópica. **O autor**, José Eduardo Sabo Paes, é Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, Mestre em Direito e Doutor em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madri, Espanha.



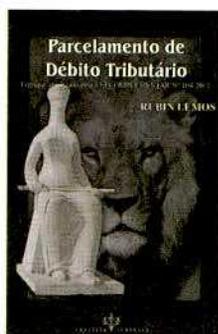
“Os parcelamentos ilegais do solo e a desapropriação como sanção – o caso dos condomínios irregulares no Distrito Federal” apresenta um histórico da ocupação desordenada no Distrito Federal. De

acordo com a autora, *“a função social da propriedade, se analisada de modo sistemático, e tendo em vista a necessária concretização dos princípios constitucionais, conduz à interpretação de que a propriedade só é garantida na medida em que estiver sendo aproveitada em benefício da coletividade, ou, pelo menos, enquanto não estiver sendo utilizada como substrato físico para práticas delitivas”*. **A autora**, a Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga, atua na Promotoria de Justiça da Ordem Urbanística e é Diretora da Comissão Editorial da Fundação Escola Superior do MPDFT.



A 3ª edição **“O Princípio da Proporcionalidade e o Controle de Constitucionalidade das Leis Restritivas de Direitos Fundamentais”** já está nas livrarias jurídicas do Distrito Federal. O livro figura

entre as obras básicas de consulta por estudiosos do Direito, principalmente na verificação da constitucionalidade das leis interventivas na esfera de liberdades do cidadão. O livro analisa a exigência de adequação da medida restritiva ao fim da lei; a necessidade da restrição para garantir a efetividade do direito e a proporcionalidade em sentido estrito, pela qual se pondera a relação entre a carga de restrição e o resultado obtido. **A autora**, Suzana de Toledo Barros, é Procuradora de Justiça e leciona Direito Constitucional nos cursos de pós-graduação da Fundação Escola Superior do MPDFT, da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Universidade de Brasília.



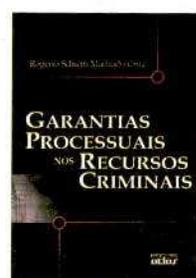
“Parcelamento de Débito Tributário – Enfoque atualizado pela Lei Complementar n 104/2001” de autoria do Promotor de Justiça de Defesa da Ordem Tributária, **Rubin Lemos**,

aborda o assunto, distinguindo-o de outros institutos de Direito Tributário, como a moratória, a transação, a novação e a denúncia espontânea. O texto é enriquecido com inúmeras jurisprudências e lições doutrinárias. **O autor** é especialista em Direito Tributário pelo ICAT/AEUDF e pós-graduado pela ENAP em Políticas Públicas e Gestão Governamental.



“O Consumidor e Seus Direitos – Ao Alcance de Todos”: o livro é dirigido, especialmente, a pessoas sem formação jurídica. A obra faz uma abordagem sobre Proteção Contratual, Os

Serviços de Proteção ao Crédito, as Práticas Abusivas, a Obrigatoriedade da Oferta, os Órgãos de Defesa do Consumidor e demais aspectos relacionados ao setor. **O autor**, Leonardo Roscoe Bessa, é Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Mestre em Direito pela Universidade de Brasília. É professor de Direito do Consumidor em curso de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas.



“As Garantias Processuais nos Recursos Criminais” trata das garantias relacionadas à atuação das partes no processamento dos recursos criminais, de modo a facilitar a

formação de um provimento jurisdicional mais participativo, racional e humano, componentes esperados de um processo penal moderno e civilizado. Enfoca, de forma crítica e à luz do direito comparado, questões relativas ao modo de ser da relação processual no segundo grau. **O autor**, o Promotor de Justiça Rogério Schietti Machado Cruz, é mestre em Direito Processual Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professor de Direito Processual Penal no Curso de Pós-Graduação *latu sensu* da Escola Superior do MPDFT.

Boletim do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é uma publicação bimensal editada pela Assessoria de Comunicação Social do MPDFT - Eixo Monumental - Praça do Buriti- lote 2 – Edifício-Sede – Brasília – DF – CEP: 70.091-900. Telefones: (61) 343-9604/343-9601 / 343-9690. Fax.: (61) 343-9754 – <http://www.mpdft.gov.br>.

Procurador-Geral de Justiça: José Eduardo Sabo Paes
Vice Procurador-Geral de Justiça: Eduardo Albuquerque
Corregedor-Geral: Amarílio Tadeu Freesz de Almeida
Chefe de Gabinete: Trajano Sousa de Melo
Diretor-Geral: Antônio Marcos Dezan

Redação, Diagramação e Fotografia:
Assessoria de Comunicação Social e Assessoria Parlamentar

Tiragem: 2.500 exemplares
Impressão: Primícia Gráfica e Editora Ltda

MPDFT inaugura nova sede em Brazlândia

Antes

O novo layout segue os padrões do Edifício-Sede, com secretaria para cada gabinete



Membros e Servidores do MPDFT comemoram a inauguração das novas instalações da Promotoria de Brazlândia

A solenidade de inauguração das novas instalações da Promotoria de Brazlândia, realizada em 2 de dezembro, foi marcada por homenagens e clima de confraternização entre os Membros e os Servidores presentes ao evento. O Promotor-Chefe daquela circunscrição, Izaac Pereira Dutra Filho, lembrou que o Ministério Público, voltado para a defesa dos cidadãos, precisa estar sempre em bus-

ca de melhor infra-estrutura para poder exercer com eficiência suas atribuições." A tônica atual do MPDFT é estar totalmente voltado para o Social. O fato de estarmos melhor instalados faz com que possamos atender de forma mais adequada a comunidade", destacou Izaac.

O Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes, lembrou que, no início de sua carreira, atuou em Brazlândia. Aproveitou a oportunidade para prestar homenagem ao Procurador de Justiça Jair Meurer Ribeiro, que atuou em Brazlândia por dois anos e com quem teve oportunidade

de trabalhar no início de sua carreira. "Instalações adequadas são importantes para o bom andamento do trabalho, mas o mais importante é o trabalho digno do Promotor e dos Servidores ao atenderem com a atenção e a dedicação que a comunidade merece", lembrou o Procurador-Geral.

Em Brazlândia atuam 15 Servidores e os Promotores de Justiça Milton de Carlos Junior, Glauber José da Silva, Fausto Rodrigues de Lima e o Promotor-Chefe, Izaac Filho. A nova área ocupada pelo MPDFT aumentou de 151 para 255 metros quadrados, além de apresentar *layout* mais adequado para a atuação do Ministério Público.

PROCIDADÃ: JUSTIÇA PARA TODOS

A Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão (Procidadã) vem realizando atendimentos nas comunidades carentes do DF e, durante todo o mês de novembro, atendeu à população da Estrutural, em instalações cedidas pela Administração Regional do Guarã. Essa situação, no entanto, é temporária. A Procidadã passará a realizar as visitas em ônibus equipado com sala de espera, vídeo, microcomputador, sala para Promotor e secretaria para atendimento ao público.

Nos atendimentos, as pessoas têm oportunidade de solucionar problemas de pensão alimentícia, reconhecimento de paternidade, questões de vizinhança, conflitos familiares, sempre com o objetivo de resolver as questões de maneira consensual, para evitar que as partes tenham que recorrer à Justiça.

Quando o problema não pode ser resolvido pela Procidadã, a equipe encaminha a pessoa ao órgão competente, mantendo a preocupação de juntar o máximo de dados solicitados pela Promotoria, na tentativa de agilizar a resposta.

A vendedora Carmem Lúcia, do Recanto das Emas, soube do atendimento

por meio de uma amiga. Ela tenta formalizar a pensão alimentícia dos dois filhos, de 9 e 12 anos, e já marcou audiência na Procidadã. "Tenho esperança de resolver essa situação. E com o Ministério Público perto da gente fica bem mais fácil", explica. Segundo a Promotora de Justiça Marilda dos Reis Fontinele, o atendimento itinerante é positivo à comunidade e também ao Ministério Público. "Para as pessoas é uma alternativa de acesso rápido à Justiça; ao MPDFT, é oportunidade de conhecer as necessidades do público carente, para ampliar os programas de atuação social", afirma a Promotora.



A Promotora de Justiça Marilda Fontinele realiza atendimento da Procidadã nas cidades do Distrito Federal

Ministério Público Militar presta homenagem ao MPDFT

O Ministério Público Militar agraciou, com a medalha da Ordem do Mérito, o Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes (centro), promovido ao grau de Grã-Cruz; o Corregedor-Geral, Amarílio Tadeu Freesz de Almeida (esquerda), agraciado no quadro especial, no grau de Alta Distinção; e o Presidente da Associação do MPDFT, Promotor de Justiça Leonardo Bandarra (direita), no grau de Distinção.



Conselho Superior do MPDFT



Da esquerda para direita: Renato Sócrates Gomes Pinto, Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Jair Meurer Ribeiro, Carlos Gomes, José Eduardo Sabo Paes, Nídia Corrêa Lima, Arinda Fernandes, Maria Aparecida Donati Barbosa, José Firmo Reis Soub, Amarílio Tadeu Freesz de Almeida e Antônio Ezequiel de Araújo Neto.

Integram o Conselho Superior do MPDFT desde outubro de 2002, os Procuradores de Justiça Nídia Corrêa Lima, Maria Aparecia Donati, Jair Meurer Ribeiro e José Firmo Reis Soub, eleitos para cumprir mandato por dois anos.

O Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é um colegiado composto por membros eleitos pela classe, que desde sua criação vem ampliando sua atuação, consolidando-se como o órgão normativo da Instituição e um fundamental fórum de debates. Em atuação conjunta com a Procuradoria-Geral de Justiça, o Conselho Superior exerce as inúmeras atribuições relacionadas nos artigos 163 a 166 da Lei Complementar nº 75, definindo as diretrizes da política interna do Ministério Público. Dentre essas atribuições, a Conselheira Nídia Corrêa Lima destaca a normativa, isto é, a edição de resoluções e provimentos. “Ao cumprir com firmeza e eficácia as funções que lhes são atribuídas, o Conselho Superior contribui, reconhecidamente, com a consolidação institucional do Ministério Pú-

blico”, definiu a Procuradora de Justiça Nídia Corrêa Lima.

O Conselheiro Renato Sócrates ressalta a composição do órgão formado por Membros eleitos e natos, sendo estes o Procurador-Geral de Justiça, que preside o colegiado, o Vice-Procurador de Justiça, designado pelo Procurador-Geral de Justiça, e o Corregedor-Geral. “O Conselho exerce o poder normativo geral, no âmbito do MPDFT, sendo que as atribuições elencadas no artigo 166 não esgotam as competências do Conselho”, define Renato Sócrates.

Funções Típicas de Judiciário, Legislativo e Executivo

As responsabilidades do Conselho Superior abrangem funções típicas de Executivo, de Legislativo e de Judiciário. Ele julga, quando aprecia um inquérito administrativo ou o resultado de um estágio probatório; legisla, quando elabora disposições internas em regulamentação a, por exemplo, concurso público, e de-

sempenha tarefas executivas ao contribuir com a Procuradoria-Geral na tomada de decisões.

A atribuição de julgar processos administrativos é destacada pelo Conselheiro Carlos Gomes, que considera o Conselho Superior, atualmente, o órgão de maior relevância do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

O Conselheiro José Firmo Reis Soub destaca a função regulamentar do Conselho, mediante a elaboração de Resoluções: “Novas situações aparecem constantemente e, daí, a necessidade de regulamentá-las. Por isso o Conselho Superior precisa estar sempre atento às novas demandas internas”. O Procurador, ao assumir a Secretaria do órgão, deu início a novos projetos como a melhor adequação das instalações da sala de reuniões e a reformulação geral dos arquivos, e propõe, ainda, a redefinição dos critérios para a promoção por merecimento e a atualização das regras para o afastamento de Membros que iniciam cursos de especialização.

Em defesa dos interesses da Instituição

O Conselheiro Jair Meurer Ribeiro destaca a atribuição de acompanhar os atos administrativos praticados no âmbito da instituição, seja aprovando os projetos que dispõem sobre aumento de seu efetivo e deliberando sobre a realização de concursos públicos para Membros e Servidores, ou ainda aprovando a proposta do orçamento do MPDFT. “O Conselho deve preservar os interesses da Instituição; suas decisões, portanto, devem ser baseadas na isenção, de modo a esclarecer à sociedade que, além do Procurador-Geral como representante nato da Instituição, existe um Conselho Superior com atribuições de supervisionar a atuação dos órgãos institucionais”, lembrou Jair Meurer.

A Procuradora de Justiça Maria Aparecida Donati Barbosa analisa: “Está havendo, atualmente, uma redescoberta da classe quanto à relevância do Conselho. Ao adotar uma forma de atuação

mais participativa, o Conselho passou a mobilizar maior atenção dos Membros e a consolidar sua competência em diversas áreas de atuação. Podemos notar isso a partir da participação e do grande envolvimento dos Membros na última eleição”. Recém integrada ao Conselho, Aparecida Donati esclarece que acompanha o trabalho do colegiado há bastante tempo, tendo sido sua característica de órgão técnico e normativo, em primeira instância, a razão do seu interesse em se tornar Conselheira.

Representatividade e processo democrático

O Conselheiro Antônio Ezequiel de Araújo Neto destaca a composição do Conselho Superior: “Trata-se de um órgão paritário, com quatro representantes eleitos pelo colégio de Procuradores e outros quatro eleitos pelo colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, pelo voto secreto, universal e livre, assegurando o processo democrático interno”. E é exatamente esse pro-

cesso democrático que garante a representatividade do órgão, reafirma o Procurador de Justiça Antônio Ezequiel: “Não há nenhuma dúvida de que ele representa para toda a classe segurança em suas atribuições e a representação de seus anseios dentro da Instituição”.

Para a Conselheira Arinda Fernandes, a grande conquista do Conselho Superior, atualmente, é a consolidação de seu processo de democratização. “Essa foi uma mudança fundamental, como, por exemplo, a abertura das reuniões aos Membros que queiram assistir a elas. Hoje os Membros podem participar, fazer sustentações orais de seus direitos e também assistir às discussões relacionadas às questões institucionais.

O MPDFT está em consonância com as transformações sociopolíticas que ocorrem no cenário nacional. Destaco, assim, essa maior possibilidade de participação e a abertura a todos os Membros, uma mudança significativa e que agrega, sem dúvida, maior representatividade ao órgão”, concluiu Arinda Fernandes.

MPDFT apura grilagem de terras no Distrito Federal

Os Promotores de Justiça que integram a Comissão especial, formada pelo Procurador-Geral de Justiça, para apurar o parcelamento de terras públicas no Distrito Federal, estão atuando intensamente na elucidação dos fatos visando ao cumprimento da legislação que regula essa questão social da mais alta relevância.

Começa a ser construída a Sede da Promotoria do Gama

O Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, José Eduardo Sabo Paes, assinou, em 25 de novembro, o contrato de execução para início da construção do novo edifício da Promotoria do Gama. A sede terá área construída de aproximadamente 4.580 metros quadrados em edifício de três pavimentos e, de acordo com o Diretor-Geral do MPDFT, Antônio Marcos Dezan, o prazo de execução da obra é de 24 meses. O Promotor-Chefe da Promotoria do Gama, Wanderley Ferreira dos Santos, agradeceu e parabenizou a atual administração pelo empenho e dedicação àquela Promotoria: “A construção desse prédio é um sonho que está se tornando realidade, graças à dedicação e à sensibilidade dos administradores do MPDFT”. A cerimônia contou com a presença de Promotores de Justiça, Assessores, Servidores da Promotoria do Gama e representantes da empresa vencedora da licitação. Na foto ao lado, o Promotor-Chefe do Gama, Wanderley Ferreira dos Santos, durante a cerimônia de assinatura do contrato de execução da obra.





O MPDFT promoveu campanha em defesa da Área de Proteção Ambiental (APA) do Descoberto, uma iniciativa da Promotoria de Defesa do Meio Ambiente (Prodema), com o objetivo de conscientizar proprietários e trabalhadores do Setor de Oficinas Norte de Taguatinga e moradores vizinhos sobre a necessidade de proteger a região, não fazendo despejo de óleo, pneus e lixo na rua.

Localizando-se às margens da BR-070, a APA do Rio Descoberto abastece aproximadamente um milhão de habitantes, com uma vazão de 3.583 litros de água por segundo, abrangendo as cidades do Gama, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará II, Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas, Riacho Fundo I e II e Candangolândia.

Segundo a Promotora de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Marta Eliana de Oliveira, o despejo de óleo, lixo e pneus à beira da BR-070 vem comprometendo a APA do Descoberto, podendo chegar à contaminação do lençol freático e, conseqüentemente, da água que chega às casas de milhares de pessoas.

Para chamar a atenção dos proprietários de oficinas, trabalhadores e da comunidade vizinha quanto à importância da área para o Distrito Federal, a Prodema promoveu campanha de esclarecimento em parceria com o grupo Patrulha Ecológica, Novacap, Defesa Civil, Caesb e o Grupo de Escoteiros de Taguatinga. Em terreno próximo ao Setor de Oficinas Norte de Taguatinga foram armadas tendas para o atendimento à população, enquanto vários grupos plantaram mudas de árvores distribuídas por toda a área.



Prodema, Patrulha Ecológica, Grupo de Escoteiros de Taguatinga, Defesa Civil, Caesb e Novacap em parceria pela preservação da APA do Descoberto

Equipes da Prodema e da Caesb visitaram as oficinas, distribuindo panfletos informativos sobre formas de descarte do óleo e o recolhimento dos pneus que deverão ser entregues à Belacap. Uma das formas de evitar o despejo de óleo às margens da BR-070 é a venda do produto para empresas que realizam sua reciclagem.

PRODIDE FISCALIZA EMISSÃO DAS CARTEIRAS DE PASSE LIVRE

Denúncia sobre o recadastramento de carteiras de passe livre especial no Sistema de Transporte Público, feita por entidade não governamental, foi o motivo que levou a Promotoria de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência a promover reunião com Entidades e Instituições responsáveis.



Silênia Vaz da Costa, da Secretaria de Ação Social, Promotoras Sandra Julião e Vandir Ferreira, e Mauro Sérgio Barbosa, ex-Secretário de Transporte Público

Pela denúncia, o processo de emissão de carteiras de passe livre especial, antes sob a responsabilidade da Secretaria de Ação Social, por meio dos Centros de Desenvolvimento Social (CDS), passou a ser produzida pelo Instituto Cultural e Profissionalizante de Portadores de Deficiência (ICP). A reclamação dos usuários da carteira é de, enquanto o CDS está presente em todas as cidades satélites, o ICP se encontra apenas no Setor de Indústria e Abastecimento, o que dificulta o acesso do portador à instituição.

Outro ponto questionado pela Promotoria é a atuação do DMTU em conveniar o ICP, uma organização não governamental, a cadastrar e recadastrar as carteirinhas, tendo assumido todos os custos da

operação. Tem direito à carteira de passe livre especial o portador de deficiência ou de doenças congênitas, de câncer, e do HIV, com acompanhante, quando necessário.

Ao término da reunião, a Promotora de Justiça Sandra Julião e o Promotor de Justiça Vandir Ferreira solicitaram que todo o processo de operacionalização da emissão das carteiras de passe livre especial deverá ser revisto pelas Secretarias de Transporte Público, de Educação, de Ação Social, de Saúde, além do DMTU e de instituições que trabalham com portadores de deficiência. Os promotores esclareceram, ainda, que o recadastramento das carteiras será feito até 30/4/2003, e não até 25/12/2002, como estipularam os representantes do ICP.

Projeto Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola encerra 2002 com êxito

Durante o segundo semestre de 2002, equipes compostas por Juiz, Promotor de Justiça, Defensor Público, servidor do TJDF e MPDFT e alunos do curso de Direito da UnB estiveram em 59 escolas públicas de Taguatinga, levando para mais de 3.014 alunos informações sobre que são e como funcionam o Judiciário e o Ministério Público e sobre Direitos e Deveres do cidadão.

A Procuradora de Justiça Maria de Lurdes Abreu, cumprimenta aluna, no encerramento do "Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola"



A solenidade de encerramento do projeto *Cidadania e Justiça Também se Aprendem na Escola*, ocorrida em 27 de novembro, contou com a presença de Procuradores e Promotores de Justiça, Desembargadores, representantes da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, da Defensoria Pública, da Universidade de Brasília e dos alunos da 4ª série do ensino fundamental das es-

colas públicas de Taguatinga.

O projeto, coordenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF), teve como objetivo informar alunos e professores acerca dos direitos e deveres da sociedade, evidenciando as formas de seu exercício, e esclarecendo sobre questões afetas a cidadania, ética e justiça. A Procuradora de Justiça Maria de Lurdes Abreu e as Promotoras de Jus-

tiça Maria Elda Borges e Luisa de Marillac Xavier Pantoja representaram o MPDFT no evento. "A oportunidade de poder explicar a essas crianças o que é o MPDFT e como trabalha um Promotor de Justiça foi muito gratificante para nós, pois estamos contribuindo para a formação de alunos mais bem informados e, no futuro, capazes de exercer a cidadania", definiu Maria de Lurdes Abreu.

Cartilha e debate em sala de aula motivam alunos

Promotor de Justiça, Juiz, Defensor Público, Servidor da Justiça. Para as crianças é difícil distinguir o papel de cada um desses profissionais para a sociedade. No entanto, os pequenos demonstram ter noção das injustiças que vêem todos os dias, desde os crimes contra o meio ambiente aos casos de pensão alimentícia não paga pelos pais.

O trabalho inicia-se com os professores, que recebem a cartilha "Todos nós temos Direitos". Por meio dela, o personagem "Brasilzinho", o menino Brasil, explica sobre divisão dos poderes, direitos fundamentais, atuação da polícia, Ministério Público, Ouvidoria, proteção ao meio ambiente. Os professores estudam as cartilhas nas salas de aula com os alu-

nos. "Em 20 anos de magistério, assisto pela primeira vez a um projeto que aproxima a Justiça da comunidade, a partir das salas de aula", afirmou a professora Eliane Muniz, da Escola Classe 39.

pela proteção à natureza. Nara, 10 anos, preocupou-se com as testemunhas. São quase duas horas de conversa. E as crianças demonstram que aprenderam mesmo: "agora, se alguém jogar lixo na minha porta, já sei

onde reclamar", explica Andréa, 11 anos. Os voluntários se sentem gratificados, "voltar à escola primária foi uma experiência marcante. O contato com alunos, professores e outros profissionais do Direito em torno de um objetivo tão nobre trouxe a motivação de que se cada um fizer a sua parte, plantando um pouquinho hoje, amanhã poderemos colher



Estudantes da 4ª série do ensino fundamental de Taguatinga assistem atentos às explicações dadas sobre justiça e cidadania

Quando a equipe de voluntários chega às escolas, os alunos estão preparados para debater a cartilha. João Vitor, 11 anos, quis saber sobre inquérito. Ana Carolina, 16 anos, interessou-se

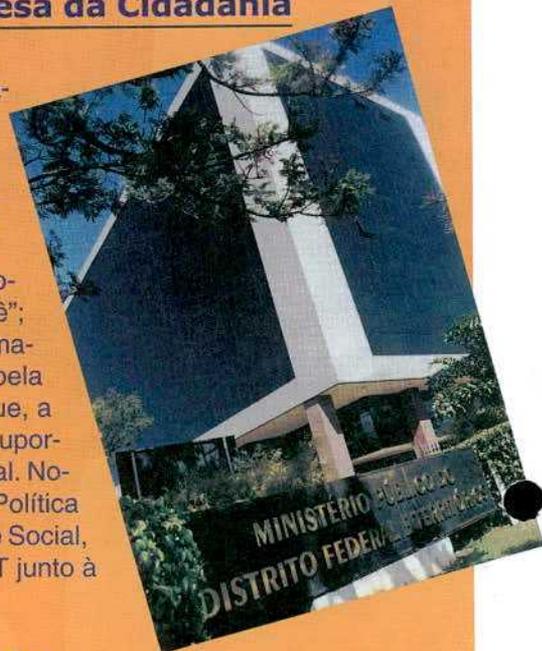
bons frutos. Depende de nós a construção de uma sociedade formada por cidadãos conscientes de seus direitos e aptos a defendê-los", disse a Promotora de Justiça Marilda dos Reis Fontinele.

MP SOCIAL

MPDFT e Comunidade Juntos em Defesa da Cidadania

Lançado em novembro, o "MP Social" marcou o início de um programa de ações que integra projetos já em execução ou a serem implementados, com o objetivo de aproximar a Instituição da comunidade. A sua execução leva Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça e Servidores a atuarem mais próximos à sociedade, realizando parceria direta com os cidadãos em escolas, entidades e comunidades.

São exemplos os programas que vêm sendo realizados pela Promotoria de Justiça de Defesa da Comunidade, o "MPDFT Mais Perto de Você"; pela Central de Penas Alternativas – Cerna; e pelo Núcleo Regional de Informação sobre Deficiência – Nurin; além do Pai Legal nas Escolas, coordenado pela Promotoria de Justiça de Defesa da Filiação. São destaques de ações que, a partir da implementação do MP Social, serão ampliadas e ganharão maior suporte administrativo para atenderem melhor as comunidades do Distrito Federal. Novas ações, como as Campanhas Sociais e de Segurança Comunitária, a Política Urbana e Ambiental, a Integração com Instituições e Entidades de Interesse Social, e o Ministério Público Inclusivo, abrem novas áreas de atuação do MPDFT junto à comunidade.



Cartilha Institucional do MPDFT – O Guia do Cidadão

Facilitar para a população o acesso às informações sobre como recorrer ao MPDFT e a cada Promotoria de Justiça é o objetivo da Cartilha Institucional do MPDFT, lançada com o programa "MP Social". A cartilha funciona como um guia da cidadania, informando quais são as prerrogativas institucionais do MPDFT; como nossa Instituição atua; quem são seus integrantes; como fazer uma denúncia, o modelo de representação e, ainda, faz considerações sobre cada Promotoria de Justiça, suas atribuições e como acessá-las. O cidadão bem informado de seus direitos e de como resguardá-los é parceiro do MP Social, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Um programa para ser assistido por todos

Para divulgar as diversas ações junto à comunidade, o MPDFT produziu o vídeo "MP Social e Comunidade em Defesa da Cidadania", o primeiro de uma série de documentários sobre a atuação da Instituição, apresentando o depoimento de Membros, Servidores e cidadãos que, ao se decidir por um trabalho em parceria direta com a comunidade, contribuem de forma decisiva para o fortalecimento da Instituição junto às comunidades locais e, até mesmo, no cenário nacional. Ao ser veiculado em emissoras de TV com programação local e por assinatura, o vídeo deverá alcançar a dimensão necessária para que atinja parcelas crescentes de cidadãos que já conhecem a Instituição e segmentos que sequer supõem o que o MPDFT pode fazer por eles. É por meio da informação e do esclarecimento que o MPDFT estará nas casas dos habitantes do Distrito Federal e conclamará a todos para um trabalho em parceria, na busca de uma sociedade mais solidária e consciente de seus direitos.

Durante a cerimônia de lançamento do Programa, os Procuradores e Promotores de Justiça que atuam nas diversas ações foram homenageados pelos alunos da Escola Classe 17 de Taguatinga. São crianças que tiveram a oportunidade receber a visita de Promotores de Justiça, Juízes e Defensores Públicos, integrantes do programa "Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola", que levou aos alunos das escolas públicas de Taguatinga informações básicas sobre como atuam o Judiciário e o Ministério Público. Na foto, o Procurador-Geral de Justiça, José Eduardo Sabo Paes, e alguns dos Procuradores e Promotores de Justiça homenageados: Vandir da Silva Ferreira, Sandra Julião, Marilda dos Reis Fontinele, Fabiana Costa Oliveira Barreto, Luisa de Marillac Xavier dos Passos, Rubin Lemos, Tânia Regina Fernandes Gonçalves Pinto, Renata de Salles Moreira Borges e Laura Beatriz Rito.

